



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL PAES

TORRES NOVAS

PROJETO EDUCATIVO 2023 – 2026



ÍNDICE

	0
1. IDENTIDADE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL PAES	3
1.1. HISTÓRIA DO AGRUPAMENTO	3
1.2. A DIMENSÃO SIMBÓLICA PROVENIENTE DOS PATRONOS	3
1.3. VISÃO	4
1.4. MISSÃO	4
1.5. LEMA	4
1.6. OS VALORES DO AEGP	4
1.7. PERFIL DO ALUNO DO AEGP	5
1.8. PERFIL DOS PROFISSIONAIS DO AEGP	5
2. CONTEXTO, ESTRUTURA INSTITUCIONAL E OFERTA EDUCATIVA	6
2.1. 6	
2.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO AEGP	6
2.3. OFERTA EDUCATIVA	6
3. ANÁLISE PEST	8
3.1 FATORES POLÍTICOS	8
3.2 FATORES ECONÓMICOS	9
3.3 FATORES SOCIAIS	10
3.4 FATORES TECNOLÓGICOS	11
4. ANÁLISE SWOT	12
5. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA GLOBAL	14
5.1 Objetivo central: Melhorar o Serviço Educativo	14
5.2 Objetivos estratégicos	15
6. DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO	18
6.1 Objetivo central: melhorar o serviço educativo	18
6.2 Objetivo estratégico 1: Tornar as metodologias de aprendizagem ativas dominantes no trabalho de sala de aula	19
6.3 Objetivo estratégico 2: Reforçar a avaliação para a aprendizagem e melhorar o desempenho nas avaliações externas	23
6.3 Objetivo estratégico 3: Reforçar a articulação e o enriquecimento curricular	25
6.4 Objetivo estratégico 4: Melhorar os resultados escolares	27
6.5 Objetivo estratégico 5: Intensificar os processos de inclusão e equidade	29
6.5.1 Eixo do acolhimento.	29
6.5.2 Eixo da equidade no acesso ao currículo	31

6.6 Objetivo estratégico 6: Reforçar, na cultura escolar, o papel da regulação das lideranças intermédias	34
6.7 Objetivo estratégico 7: Incrementar e aumentar a consistência das parcerias do AEGP	37
6.8 Objetivo estratégico 8: Transformar e integrar o processo de autoavaliação do AEGP	42

1. IDENTIDADE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL PAES

1.1. HISTÓRIA DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Gil Paes (AEGP) é o resultado da agregação de instituições educativas com longas tradições, tais como a Escola Secundária de Maria Lamas, a Escola do Ensino Básico 2/3 de Manuel Figueiredo e o Centro Escolar Visconde de S. Gião, bem como de novas instituições que resultaram da fusão de antigas Escolas Básicas do 1º ciclo e dos Jardins de Infância que, em diversas aldeias do concelho, coexistiam com as respetivas Escolas Básicas, isto é, o Centro Escolar de Assentis e Chancelaria, o Centro Escolar da Serra de Aire, o Centro Escolar de Olaia e Paço. Depois de mais de dez anos de funcionamento, encontra-se, enquanto agrupamento, devidamente consolidado, tendo-se afirmado, ao longo desse tempo, como uma instituição educativa central no panorama do concelho e com uma identidade própria que integra, superando-as, as identidades das instituições que lhe estão na génese.

Outro elemento estruturante da identidade do AEGP é o ensino integrado da música e do canto e a parceria com o Conservatório de Música do Choral Phydellius (CMCP).

O desenvolvimento histórico do AEGP permite, atualmente, perceber uma linha de unificação da vida escolar que se inicia no Ensino Pré-Escolar e culmina nos Ensinos Secundários Profissional e Científico-Humanístico, passando pelos três ciclos do ensino básico, e contemplando o ensino integrado da música e do canto. Por outro lado, o desenvolvimento histórico referido, integrando o património educacional e cultural das antigas instituições escolares, permitiu o surgimento de uma comunidade educativa com características próprias, cuja vida e cultura é partilhada pela generalidade dos atores escolares, como se pode constatar pelas inúmeras atividades desenvolvidas no AEGP e que põem em contacto alunos, docentes e encarregados de educação de diversos níveis de escolaridade e pertencentes aos diversos estabelecimentos de ensino que compõem o AEGP.

1.2. A DIMENSÃO SIMBÓLICA PROVENIENTE DOS PATRONOS

Não deve o AEGP, na construção contínua da sua identidade e na escolha dos seus valores orientadores, deixar de lado o valor simbólico dos patronos escolhidos por algumas das suas escolas e o do próprio Agrupamento. Todos eles ligados ao concelho de Torres Novas transportam valores fortes e que devem estar presentes em toda a vida do AEGP. A escolha de um patrono é também a escolha de uma orientação e de uma fidelidade a essa orientação.

Do Visconde de S. Gião herda o AEGP o espírito de solidariedade e ligação ao concelho. De Manuel de Figueiredo chega o espírito científico e o espírito crítico. De Maria Lamas herda o AEGP o amor à liberdade, a responsabilidade cívica e a valorização da arte. De Gil Paes chegam-nos valores da coragem, da persistência e espírito de sacrifício para ultrapassar obstáculos. Esta é a dimensão

simbólica do AEGP. Esta dimensão simbólica é completada pelo logótipo, no qual se sintetiza uma ideia de união e comunidade marcada ainda por um espírito de modernidade.

1.3. VISÃO

O AEGPs é uma instituição escolar que se orienta pela procura de uma educação de qualidade e inclusiva, de acordo com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO). O seu objetivo final é educar todos os seus alunos como seres humanos que se orientam pelo respeito dos outros e de si mesmos, como cidadãos preocupados com a comunidade e o bem comum, como pessoas competentes nos diversos desempenhos sociais a que venham a ser chamadas, seja como estudantes, seja como profissionais.

1.4. MISSÃO

O AEGP entende a educação integral do aluno como um processo dinâmico, inovador e inclusivo, pautado pelo rigor e pela busca da melhoria contínua. Através de uma oferta formativa diversificada e adequada a um público heterogéneo, prepara os seus alunos para as exigências e desafios do mundo atual nas áreas do pensamento crítico, das humanidades, da cultura estética e artística, das ciências e tecnologias e da educação do corpo e da prática desportiva.

A par de uma eficaz inclusão, enquanto garante da equidade no acesso à educação e no cumprimento da escolaridade obrigatória, cria condições de diferenciação pedagógica para o incentivo, distinção e reconhecimento do mérito dos alunos na obtenção dos seus resultados escolares, valorizando a sua iniciativa e inovação, o seu exemplo cívico, o seu espírito solidário e colaborativo.

1.5. LEMA

O prazer de aprender.

1.6. OS VALORES DO AEGP

O AEGP assume como seus os valores expressos no PASEO: Responsabilidade e Integridade; Excelência e Exigência; Curiosidade, Reflexão e Inovação; Cidadania e Participação; Liberdade. Aos quais adiciona Inclusão e Equidade.



1.7. PERFIL DO ALUNO DO AEGP

O AEGP assume os pressupostos do *PASEO*, assentes numa visão humanista e na conceção da sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana. As exigências inerentes a uma sociedade em constante mudança impõem a preparação de todos e de cada um, no sentido da valorização do saber e do saber-fazer, do desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade, do respeito por si e pelo outro, da flexibilidade e da capacidade de adaptação aos desafios presentes e futuros.

1.8. PERFIL DOS PROFISSIONAIS DO AEGP

Os profissionais do AEGP, independentemente da sua função e grau de especialização, assumem um perfil fundado na versatilidade e disponibilidade para os alunos, investem na sua formação contínua e promovem o trabalho colaborativo. São elementos dinâmicos na criação de ambientes educativos potenciadores do prazer de aprender e da construção crítica da autonomia dos alunos que frequentam o AEGP.

2. CONTEXTO, ESTRUTURA INSTITUCIONAL E OFERTA EDUCATIVA

2.1. CONTEXTO

Apesar de continuar a crescer o défice demográfico, que a vinda de imigrantes em número já significativo e com impacto na população do AEGP, parece não ter atenuado, tendo uma população estimada de cerca de 34 mil habitantes, distribuídos por 280 Km² de área, Torres Novas é um dos mais importantes concelhos do distrito de Santarém (pertencendo à Direção de Serviços da DGEstE de Lisboa e Vale do Tejo, sub-região do Médio Tejo, NUTS III), fazendo fronteira com Tomar, Ourém, Santarém, Golegã, Alcanena, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha. A A1 e a A23 são as principais vias que o atravessam, facilitando um rápido acesso a qualquer zona do país e à vizinha Espanha. A criação do município remonta a 1190, data em que D. Sancho I atribuiu o foral à vila já então existente. O concelho é, hoje, constituído por 10 freguesias: Assentis, União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e de Alcorochel, Chancelaria, Meia Via, União das Freguesias de Olaia e Paço, Pedrógão, Riachos, Zibreira, União das Freguesias de Torres Novas – Santa Maria Salvador e Santiago e União das Freguesias de Torres Novas – S. Pedro, Lapas e Ribeira Branca.

2.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO AEGP

O Agrupamento Gil Paes é constituído pelas seguintes instituições de ensino:

- Escola Secundária de Maria Lamas (escola sede);
- Escola do Ensino Básico 2/3 de Manuel Figueiredo;
- Centro Escolar Visconde de S. Gião;
- Centro Escolar de Olaia e Paço;
- Centro Escolar de Assentis e Chancelaria;
- Centro Escolar da Serra de Aire;
- Jardim de Infância das Tufeiras.

2.3. OFERTA EDUCATIVA

O AEGP apresenta uma ampla oferta educativa, consolidada desde o início do Agrupamento, que responde às necessidades da comunidade que serve. Essa oferta educativa é composta pelas seguintes áreas:

- Educação pré-escolar
- Ensino básico do 1.º, 2.º e 3.º ciclo
- Ensino secundário científico-humanístico, com as vertentes de Artes Visuais, Ciências e Tecnologia e Línguas e Humanidades
- Ensino secundário profissional

Ensino articulado da música e do canto, no âmbito do ensino artístico especializado
Intervenção precoce ao nível da educação pré-escolar
Unidades de ensino estruturadas para alunos com perturbação do espectro de autismo
Educação especial

3. ANÁLISE PEST

A análise PEST (acrónimo de Política, Social, Económica e Tecnológica) é um instrumento de compreensão dos fatores macro ambientais que enquadram e condicionam a ação do AEGP e sobre os quais este não tem, em geral, poder de os alterar pela sua ação direta. São fatores que, no entanto, têm de ser levados em consideração no desenho das políticas educativas e na orientação organizacional. É um momento preparatório da análise SWOT.

3.1 FATORES POLÍTICOS

TIPOLOGIA DE FATORES	DISCRIMINAÇÃO DOS FATORES	RELEVÂNCIA PARA A VIDA DO AGRUPAMENTO
FATORES POLÍTICOS	a) Variabilidade das políticas educativas em conformidade com as orientações ideológicas e/ou educativas do detentor da pasta ministerial.	<ul style="list-style-type: none"> ● Introduz incerteza na vida do Agrupamento e em todos os seus atores, com a contínua alteração dos objetivos e das práticas. ● Fomenta a desmotivação dos corpos profissionais. ● Exige a criação de estratégias de adaptação à inconstância da política educativa.
	b) Existência de objetivos políticos conflitantes dentro de uma mesma orientação política. Exemplo: a natureza inclusiva da escola e a defesa da flexibilização curricular e, ao mesmo tempo, a existência de provas finais e exames com características seletivas e rigidamente disciplinares.	<ul style="list-style-type: none"> ● Introduz um conflito sobre o tipo de orientações que as práticas docentes devem perseguir. ● Exige uma resposta organizacional e individual que vise compatibilizar duas orientações que se apresentam como conflitantes e imperativas. ● Fomenta a necessidade de criar mecanismos rigorosos de avaliação dos resultados dos processos de inclusão e de flexibilização curricular.
	c) Dificuldade e pouca autonomia do AEGP no recrutamento dos recursos humanos (RH), de acordo com as suas necessidades.	<ul style="list-style-type: none"> ● Obriga a uma atenção redobrada aos RH existentes, visando o aproveitamento das suas potencialidades, a melhoria das suas competências e a adequação ao Projeto Educativo do AEGP. ● Exige um plano de formação dos RH pensado de acordo com os interesses do AEGP. ● Cria a necessidade de encontrar formas de reconhecimento que motivem os profissionais.
	d) Autonomia limitada na tomada de decisão organizacional, curricular e pedagógica.	<ul style="list-style-type: none"> ● Exige um conhecimento rigoroso das áreas organizacionais, curriculares e pedagógicas que se apresentam como imperativas e, ao mesmo tempo, a compreensão das áreas abertas à liberdade e responsabilidade do Agrupamento. ● Introduz a necessidade de pensar como tornar as práticas profissionais, dentro dos constrangimentos existentes, mais eficazes para os alunos e mais motivantes para os profissionais.
	e) Influência do Município e de estruturas supra-municipais na vida do Agrupamento.	<ul style="list-style-type: none"> ● Exige uma clara compreensão das potencialidades e das distorções que esta influência pode ter na vida do Agrupamento. ● Fomenta a possibilidade de projectar e realizar parcerias que beneficiem as políticas educativas do Agrupamento. ● Exige capacidade de negociação com as entidades municipais e regionais, bem como com outras instituições de ensino locais e regionais.

3.2 FATORES ECONÓMICOS

TIPOLOGIA DE FATORES	DISCRIMINAÇÃO DOS FATORES	RELEVÂNCIA PARA A VIDA DO AGRUPAMENTO
FATORES ECONÓMICOS	a) Existência de fatores de condicionamento do investimento público em educação.	<ul style="list-style-type: none"> ● Limita a possibilidade de resolver alguns problemas estruturais na escola sede do Agrupamento, tanto ao nível das instalações como do parque das tecnologias de informação e comunicação. ● Limita a possibilidade da contínua modernização das outras escolas do Agrupamento. ● Cria a necessidade de encontrar estratégias alternativas de financiamento e equipamento tecnológico.
	b) Poder de compra concelhio inferior à média nacional (94,95), mas superior à sub-região onde se insere, o Médio Tejo (87,23).	<ul style="list-style-type: none"> ● É um fator moderadamente condicionante das expetativas dos alunos do AEGP, nomeadamente, ao nível do contacto com realidades extra-concelhias, tanto nacionais como internacionais.
	c) Percentagem elevada de alunos beneficiários da ASE.	<ul style="list-style-type: none"> ● É um fator com impacto no desempenho escolar dos alunos e no respetivo sucesso. ● Exige uma cuidada política de apoio educativo para a inclusão dos alunos afectados por baixos rendimentos e baixas expetativas escolares do meio familiar.
	d) Existência no concelho de um conjunto de empresas de referência.	<ul style="list-style-type: none"> ● Cria a possibilidade de se estabelecerem protocolos de cooperação que possam ser vantajosos tanto para as empresas como para o Agrupamento.
	e) Existência de uma cultura dinâmica de associativismo empresarial no concelho (ACIS, NERSANT).	<ul style="list-style-type: none"> ● Cria a possibilidade de encontrar pontes para a transferência de uma cultura de associação e iniciativa proveniente da sociedade civil para a cultura do Agrupamento.

3.3 FATORES SOCIAIS

TIPOLOGIA DE FATORES	DISCRIMINAÇÃO DOS FATORES	RELEVÂNCIA PARA A VIDA DO AGRUPAMENTO
FATORES SOCIAIS	a) Demografia problemática devido à combinação de três fatores: 1. contínua perda de população concelhia; 2. envelhecimento da população; 3. emergência de população imigrante com procura de oferta educativa para os filhos.	<ul style="list-style-type: none"> Altera, de modo cada vez mais acentuado, o tipo de população estudantil a frequentar o AEGP. Exige respostas sólidas aos problemas de inclusão que a vinda de alunos imigrantes coloca.
	b) Contínua erosão dos valores tradicionais fundados no princípio de autoridade. Essa erosão faz-se sentir nas famílias, nas instituições escolares tomadas globalmente e nas salas de aulas, consideradas especificamente.	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de reconfigurar as práticas dos profissionais do AEGP, para que a erosão do princípio de autoridade não signifique o fim da ordem necessária às aprendizagens e ao salutar convívio dentro dos diversos estabelecimentos do AEGP.
	c) Atitudes culturais perante a escola muito diferenciadas, existindo um número considerável de alunos que desvaloriza as atitudes tradicionais de sucesso escolar: o esforço continuado, a disciplina e o rigor.	<ul style="list-style-type: none"> Cria uma situação conflitual dentro das turmas entre alunos dispostos a aprender e alunos que desvalorizam a aprendizagem e as atitudes que lhes estão subjacentes, tornando-se um foco de instabilidade nas salas de aula. Exige o reconhecimento e compreensão do fenómeno por parte do AEGP e dos profissionais envolvidos. Fomenta a necessidade de uma política global que vise a valorização por parte dos alunos do sucesso escolar e das atitudes que lhe são inerentes. Coloca a questão: como lidar com alunos que não querem aprender?
	d) Rápida mutação nos valores éticos com a crescente sobreposição dos valores individuais e hedonistas aos baseados na ideia de comunidade e de dever.	<ul style="list-style-type: none"> Cria situações potenciais de conflito entre alunos, entre alunos e profissionais da educação e mesmo conflitos internos dentro de cada aluno. Exige a compreensão do fenómeno por parte do AEGP e dos profissionais envolvidos. Fomenta a necessidade de criar estratégias de compatibilização entre o individualismo e hedonismo existente com os valores de comunidade e de dever inerentes à ideia de escola e de aprendizagem numa escola.
	e) Cultura digital de base. Todos os alunos nasceram e cresceram já em ambientes digitais. Continua a existir a possibilidade de haver um conflito entre os ambientes digitais onde os alunos vivem e os ambientes tradicionais onde se desenvolve o trabalho escolar.	<ul style="list-style-type: none"> Cria situações potenciais de conflito entre as expectativas dos alunos e as tradições de ensino. Exige uma estratégia de compatibilização entre a cultura digital dos alunos e as tradições pedagógicas existentes no AEGP.

3.4 FATORES TECNOLÓGICOS

TIPOLOGIA DE FATORES	DISCRIMINAÇÃO DOS FATORES	RELEVÂNCIA PARA A VIDA DO AGRUPAMENTO
FATORES TECNOLÓGICOS	a) Persistência de uma situação diferenciada, no plano dos recursos tecnológicos, entre a escola sede e as outras unidades orgânicas do AEGP.	<ul style="list-style-type: none"> ● Cria uma disparidade no acesso à tecnologia entre a escola sede, com equipamento obsoletos, e as outras unidades, e as outras unidades orgânicas com equipamentos mais atuais. ● Exige a criação de estratégias da direção do AEGP para enfrentar este problema.
	b) Desenvolvimento do PADDE (Plano para a Ação de Desenvolvimento Digital da Escola).	<ul style="list-style-type: none"> ● É um elemento central na transição digital e na acomodação das tecnologias aos processos de aprendizagem. ● Exige que cada estrutura interna do AEGP tenha um plano para o desenvolvimento do PADDE, no âmbito que lhe diz respeito, e modalidades de monitorização.
	c) O desafio da inteligência digital generativa (IA).	<ul style="list-style-type: none"> ● A simples existência, com acesso livre, da IA coloca problemas tanto ao nível das modalidades de aquisição de informação e de desenvolvimento de competências cognitivas, como dos processos de validação do conhecimento (validação das informações geradas pela IA e validação dos saberes dos alunos). ● Cria a necessidade do AEGP enfrentar os desafios colocados pela IA, tornando-a aliada da sua estratégia educativa.
	d) Existência de empresas no concelho com uma boa integração das tecnologias de informação e comunicação nas suas atividades.	<ul style="list-style-type: none"> ● Permite encontrar parceiros que ajudem a pensar a organização e as práticas organizacionais a partir do uso de diversas tecnologias, tanto ligadas aos aspetos tecnológicos propriamente ditos, como às tecnologias organizacionais. ● Fomenta a necessidade de incrementar a política de formação e de parcerias já existente, para que o AEGP possa tirar ainda um maior proveito para os alunos da sua relação com os parceiros empresariais.

4. ANÁLISE SWOT

A seguir apresenta-se a análise SWOT preparatória da elaboração do Projeto Educativo. Saliente-se que a análise do *Ambiente Interno*, na qual se detetam as *Forças* e *Fraquezas*, teve a sua origem no conjunto de relatórios produzidos pela Equipa de Autoavaliação. Quanto à análise do *Ambiente Externo*, na qual se detetam *Oportunidades* e *Ameaças*, ela resulta de uma leitura da análise PEST, apresentada acima.

AMBIENTE INTERNO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>(1) O desenvolvimento, nos últimos anos, de um espírito de agrupamento como uma unidade orgânica com cultura escolar própria.</p> <p>(2) A capacidade do AEGP em estabelecer uma rede ampla de parceiros na comunidade.</p> <p>(3) Uma cultura de inclusão, em todo o AEGP, transversal aos corpos profissionais e aos alunos.</p> <p>(4) Uma prática de conjugação dos Domínios de Articulação Curricular, da Cidadania e Desenvolvimento, do Enriquecimento Curricular (Clubes e Projetos) e do desenvolvimento curricular no trabalho de sala de aula.</p> <p>(5) A crescente consciência do corpo docente da necessidade de uma gestão das Aprendizagens Essenciais fundada no PASEO e na avaliação pedagógica.</p> <p>(6) Corpos docente e técnico estruturados em torno de profissionais experientes.</p> <p>(7) Uma mais clara compreensão por parte do corpo docente das vantagens, mas também dos perigos, que o digital pode trazer para a aprendizagem ativa dos alunos.</p> <p>(8) Existência de um número significativo de pais e encarregados de educação atentos e interessados na qualidade do ensino.</p> <p>(9) A riqueza curricular do AEGP: Pré-Escolar, os 3 ciclos do Ensino Básico, o Ensino Articulado da Música, o Ensino Secundário Profissional e o Ensino Secundário Científico-Humanístico.</p>	<p>(1) Uma compreensão frágil do corpo docente do papel central de supervisão e orientação das lideranças intermédias, bem como da gestão por objetivos.</p> <p>(2) Uma cultura pedagógica ainda centrada numa visão de ensino onde o aluno é mais passivo do que agente ativo da sua aprendizagem.</p> <p>(3) Existência, em parte do corpo de alunos, de uma cultura adversa à aprendizagem, cultura que se manifesta já no 1º ciclo, mas que se intensifica nos ciclos seguintes.</p> <p>(4) Existência de problemas de desadequação comportamental no terceiro ciclo do ensino básico.</p> <p>(5) Existência de um número significativo de alunos que apresentam as duas condições centrais correlacionadas com um sucesso escolar mais baixo (fatores sociais - ASE - e baixa escolaridade parental).</p> <p>(6) Resultados nas avaliações externas (Provas Aferidas, Provas Finais do 9º ano e Exames Nacionais do Ensino) abaixo das expectativas originadas na avaliação interna.</p> <p>(7) Dificuldade em aferir o impacto real das muitas atividades desenvolvidas pelo AEGP.</p> <p>(8) Pouca integração dos processos de autoavaliação existentes no AEGP.</p> <p>(9) A pressão trazida pela existência de um cada vez maior número de alunos provenientes de outras áreas culturais e inadaptados à cultura escolar portuguesa.</p> <p>(10) Alguma instabilidade do corpo docente devido a fatores como idade e doença.</p>

AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>(1) O paulatino incremento da habilitação parental dos encarregados de educação.</p> <p>(2) Uma autonomia, apesar de limitada, na tomada de decisão organizacional, curricular e pedagógica.</p> <p>(3) Influência do Município e de estruturas supra-municipais na vida do AEGP.</p> <p>(4) Existência no concelho de um conjunto de empresas de referência e de uma dinâmica tradição de associativismo empresarial.</p> <p>(6) A vinda de alunos imigrantes com os desafios que a sua inclusão coloca.</p> <p>(7) Cultura digital de base. Todos os alunos nasceram e cresceram já em ambientes digitais.</p> <p>(8) Desenvolvimento do PADDE.</p> <p>(9) O desafio da inteligência artificial generativa (IA).</p> <p>(10) Existência de empresas no concelho com uma boa integração das tecnologias de informação e comunicação nas suas atividades.</p> <p>(11) O PASEO como orientador e organizador do processo de ensino e aprendizagem.</p>	<p>(1) Instabilidade das políticas educativas e a existência de objetivos de difícil compatibilização.</p> <p>(2) Dificuldade e pouca autonomia do AEGP no recrutamento dos recursos humanos.</p> <p>(3) Existência de fatores de condicionamento do investimento público em educação.</p> <p>(4) Poder de compra concelhio inferior à média nacional.</p> <p>(5) Demografia problemática devido ao envelhecimento e contínua perda de população concelhia.</p> <p>(6) Contínua erosão dos valores tradicionais fundados no princípio de autoridade.</p> <p>(7) Rápida mutação nos valores éticos com a crescente sobreposição dos valores individuais e hedonistas aos baseados na ideia de comunidade e de dever.</p>

5. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA GLOBAL

O presente Projeto Educativo (PE) pretende aumentar, se comparado com documentos anteriores, a eficácia na orientação da atividade do AEGP. Para isso, apresenta oito objetivos estratégicos, elegendo um - *melhorar o serviço educativo* - como central, e fazendo girar todos os outros em torno dessa finalidade. É um projeto educativo centrado na continuação da resposta aos principais problemas detetados pela avaliação externa efetuada pela Inspeção Geral de Educação e Ciência (IGEC) e também por aqueles que foram detetados pela Equipa de Autoavaliação (EAA). Para aumentar a eficácia, estes objetivos estão ligados a indicadores que permitirão medir o grau de sucesso do PE e realizar a sua contínua monitorização.

5.1 Objetivo central: Melhorar o Serviço Educativo

O presente PE centra-se na melhoria do serviço educativo. Todos os objetivos estratégicos estão-lhe subordinados e visam a sua realização.

Por serviço educativo entende-se o conjunto de atividades, dentro e fora da sala de aula, coordenadas pelo AEGP, que conduzem os alunos ao desenvolvimento das competências elencadas no PASEO (ou em um outro documento orientador que venha a ser definido pela tutela) e, concomitantemente, à aquisição dos currículos inscritos nas *Aprendizagens Essenciais* (AE) das várias disciplinas e áreas curriculares (ou outros que venham a ser definidos pela tutela).

Tanto o PASEO como as AE têm um carácter universal e são iguais para todas as instituições de ensino. Contudo, os processos de trabalho para a sua aquisição deverão ser adequados à realidade do AEGP, de cada uma das suas turmas e, em última análise, de cada um dos seus alunos. Os objetivos estratégicos realizam o objetivo central de melhoria do serviço educativo prestado, adaptando à realidade concreta do AEGP as intencionalidades educativas provenientes da tutela, operacionalizando o trabalho dentro da instituição, monitorizando os processos e resultados, para introduzir os devidos ajustamentos.

Os objetivos estratégicos aplicam-se a todas as áreas de formação existentes no AEGP, à Educação Pré Escolar, ao Ensino Básico, ao Ensino Secundário Científico-Humanístico e ao Ensino Secundário Profissional, sendo neste caso uma estratégia de garantia da qualidade do ensino e da formação

profissionais prestados pelo AEGP, de acordo com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e Formação Profissional (EQAVET).

5.2 Objetivos estratégicos

O conjunto de objetivos estratégicos visam, em primeiro lugar e todos eles, garantir o sucesso do objetivo central de melhorar a prestação do serviço educativo. Em segundo lugar, eles dão corpo à *Missão* do AEGP, aos seus *Valores* e à *Visão* que a instituição tem da sua missão. Pretendem ser um contributo para tornar o *Lema*, o prazer de aprender, numa realidade. Por fim, em alguns casos, esses objetivos estão também ligados à melhoria de certos aspetos da vida do AEGP, aspetos que a avaliação externa realizada pela IGEC e as autoavaliações internas indicam precisar de melhoria. Os objetivos estratégicos são:

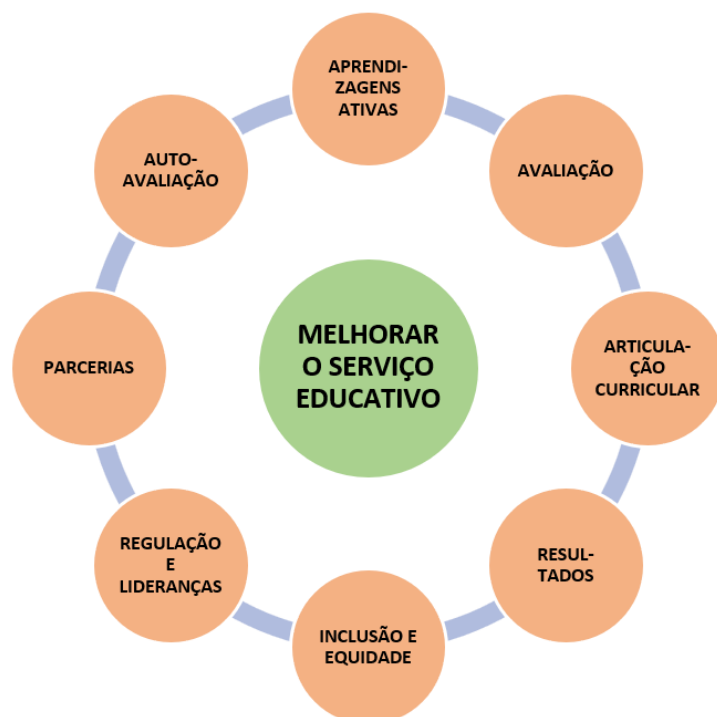
1. Tornar as metodologias ativas de aprendizagem (apoiadas no PADDE, no Plano de Inovação, nos DAC, no papel das BE e na Inteligência Artificial Generativa) dominantes no trabalho de sala de aula em todos os níveis de ensino do AEGP, aliadas a uma rigorosa aferição do impacto dessas metodologias nas aprendizagens dos alunos. Este objetivo visa assegurar a promoção da autonomia do aluno e da sua responsabilidade individual, bem como a sua resiliência no trabalho escolar. As metodologias ativas serão também o dinamizador das práticas de inovação curricular e pedagógica, tanto no âmbito formal do Plano de Inovação, como nas iniciativas dos departamentos curriculares, das direções de turma e dos conselhos de docentes. Por fim, as metodologias ativas serão o fundamento de medidas inovadoras de suporte às aprendizagens e à inclusão para promoção de uma efetiva igualdade de oportunidades de acesso ao currículo.
2. Reforçar a avaliação para as aprendizagens e melhorar o desempenho nas avaliações externas: a avaliação é um elemento central do desenvolvimento curricular. O AEGP segue um modelo de avaliação para as aprendizagens, fundado na avaliação formativa e na prática de *feedback*, modelo que é necessário reforçar. Por outro lado, foram detetadas debilidades no desempenho dos alunos em provas de avaliação externa, debilidades essas que é necessário superar.
3. Reforçar a articulação e o enriquecimento curricular. O acesso pleno de todos os alunos ao currículo exige, por um lado, um planeamento curricular adequado e, por outro, a supressão

do défice cultural, simbólico e desportivo de muito alunos, se comprados com os colegas. Por isso, é fundamental que o AEGP dê plena atenção aos processos de articulação horizontal e vertical do currículo, bem como às atividades de enriquecimento curricular.

4. Melhorar os resultados escolares. Um elemento fundamental para aferir se o objetivo central do projeto educativo está a ser atingido é o desempenho dos alunos traduzido nos resultados escolares. Visa-se uma melhoria dos Percursos Diretos de Sucesso, em todos os níveis de ensino, mas particularmente no Ensino Secundário Profissional, aliado à preocupação do AEGP com o EQAVET, e Científico-Humanístico. Pretende-se também melhorar o desempenho dos alunos do AEGP nas provas de avaliação externas: Provas de Aferição, Provas Finais do 9.º Ano e Exames Nacionais do Ensino Secundário, assim como melhorar, no ensino profissional, as taxas de módulos realizados no tempo devido.
5. Intensificar os processos de inclusão e de equidade centrados em dois eixos: a) o eixo do acolhimento; b) o eixo da equidade no desempenho escolar. O primeiro eixo está relacionado com o acolhimento de alunos provenientes de outras instituições escolares, tanto nacionais como estrangeiras. O segundo eixo centra-se na aproximação dos resultados escolares dos alunos provenientes de meios sociais menos favorecidos e/ou de baixa escolaridade parental aos dos alunos em que essas condições não se verificam, assim como a aproximação dos resultados escolares dos alunos aos das alunas.
6. Reforçar, na cultura escolar, o papel e a responsabilidade das lideranças intermédias nos âmbitos da supervisão pedagógica, da orientação da ação das respectivas estruturas e da avaliação do desempenho dessas estruturas na prossecução dos objetivos do sistema educativo e do PE do AEGP. Visa-se incrementar a consistência das práticas de regulação pelas lideranças intermédias, bem como o seu contributo para a melhoria das práticas letivas. Visa-se, ainda, incrementar a intervenção das lideranças intermédias na dinamização de práticas consistentes de autorregulação docente e da regulação entre pares, e do trabalho colaborativo.
7. Incrementar e aumentar a consistência das parcerias existentes entre o AEGP e múltiplas entidades exteriores, bem como as parcerias internas. O PE assume que as parcerias nacionais e internacionais, estas no âmbito do ensino secundário profissional, onde se destaca o programa ERASMUS + e a preocupação com uma qualidade de formação de acordo com o

EQAVET, são um elemento estrutural na melhoria do serviço educativo prestado pelo AEGP. Essas parcerias serão realizadas com empresas, com instituições de ensino, com instituições culturais, sociais e desportivas e com os pais e encarregados de educação, através de estruturas formais, como associações de pais e encarregados de educação, e informais. Salieta-se também a importância de parcerias internas tanto para articulação vertical do currículo, como para consolidação da cultura do AEGP. Visa-se a melhoria das aprendizagens, o fomento da inovação pedagógica e organizacional, a realização de estágios, a resolução de problemas no âmbito do acesso equitativo ao currículo, a formação integral dos alunos e o enriquecimento da própria cultura do AEGP.

8. Transformar os atuais processos de autoavaliação do AEGP, centrados na Equipa de Autoavaliação, em processos descentralizados, mas integrados, resultantes das práticas de autoavaliação de cada uma das estruturas do Agrupamento. A autoavaliação deverá orientar-se pelos objetivos do Projeto Educativo e tornar-se cada vez mais sistemática, orgânica, articulada, consistente e abrangente. Pretende-se com este desenvolvimento das práticas de autoavaliação que esta tenha um impacto real na vida do AEGP, tanto na dimensão organizacional como na pedagógica.



6. DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO

6.1 Objetivo central: melhorar o serviço educativo

O PE visa melhorar o serviço educativo prestado pelo AEGP. Essa melhoria deve traduzir-se na melhoria das aprendizagens efetuadas por todos os alunos, bem como dos processos mobilizados para o ensino e aprendizagem e para avaliação e classificação desses mesmos alunos. Qualquer aluno que entre no AEGP deve desenvolver plenamente, de modo faseado, mas sistemático, as competências elencadas pelo PASEO ou outras que venham a ser determinadas como orientação das aprendizagens. Este é o desafio.

Essa melhoria estará ligada ao fomento de um clima de sala de aula mais estimulante e mobilizador do empenho, autonomia e resiliência dos alunos, bem como de outros ambientes de aprendizagem fora da sala de aula, que devem levar à prática o lema do PE: *O Prazer de Aprender*.

Ao escolher um objetivo central, ao qual todos os outros suportam, o AEGP visa conjugar as suas forças numa transformação tanto das perceções do que deve ser o trabalho de ensino e aprendizagem, como das práticas de trabalho escolar. O desenvolvimento deste objetivo central será realizado através do desenvolvimento dos sete objetivos estratégicos de suporte, tal como referido na *Orientação Estratégica*. A finalidade é servir melhor a comunidade em que o AEGP está inserido, proporcionando um serviço educativo de melhor qualidade e mais adaptado às exigências das sociedades contemporâneas, através de uma mudança segura da matriz das práticas de aprendizagem e do planeamento curricular.

Avaliação do objetivo central

A avaliação deste objetivo será feita de forma indireta, através da avaliação dos objetivos estratégicos de suporte ao objetivo central. O peso, na avaliação do objetivo central, não é o mesmo para todos os objetivos estratégicos, distribuindo-se por três níveis de importância nessa avaliação.

6.2 Objetivo estratégico 1: Tornar as metodologias de aprendizagem ativas dominantes no trabalho de sala de aula

A melhoria do serviço educativo prestado pelo AEGP está intimamente ligada à melhoria contínua do trabalho de sala de aula e das atividades realizadas fora dela. Tanto a avaliação externa, realizada pela IGEC, como as avaliações internas, da responsabilidade da EAA, fornecem evidências que justificam uma intervenção de todo o AEGP para melhorar, de modo colaborativo, o trabalho de sala de aula.

Esta preocupação é transversal a todos os ciclos de ensino, mas assume uma especial importância no ensino profissional, onde os dados de relatórios de avaliação interna mostram um exagerado peso de aulas em que os alunos são meros receptores passivos de informação. Esta intervenção no ensino profissional insere-se no âmbito da melhoria das práticas de ensino visando a qualidade da formação prestada de acordo com o EQAVET.

O objetivo é tornar o aluno sujeito ativo das suas aprendizagens, desenvolvendo paulatinamente a sua autonomia pessoal e cognitiva. Um pleno desenvolvimento da autonomia cognitiva só será possível se o aluno não for um sujeito passivo que recebe a informação dos professores, mas quando participa ativamente em todo o processo de ensino aprendizagem, inclusive em a parte do seu planeamento.

Daqui a necessidade de o AEGP fazer um grande esforço para que as práticas de ensino se concentrem cada vez mais nas aprendizagens ativas, substituindo uma matriz escolar baseada na transmissão de informação, numa matriz de aprendizagem onde os alunos, apoiados e orientados pelos docentes, desenvolvem, de modo colaborativo e ativo, a sua aprendizagem. A mudança da matriz de ensino e aprendizagem implica uma dupla e firme coordenação. Por um lado, ao nível do trabalho dos departamentos curriculares e grupos disciplinares. Por outro lado, nos conselhos de turma e de docentes. Para tal, o AEGP deve considerar o seguinte:

1. Focar os departamentos curriculares e grupos disciplinares na promoção de práticas de aprendizagem ativas. Tendo em consideração o PASEO e as AE, estas estruturas devem planear a difusão de práticas ativas de aprendizagem, avaliando aquilo que já se faz nesse âmbito, planeando a contaminação e considerando as dificuldades que se enfrenta para mudar a matriz das práticas de sala de aula. Deve, no âmbito do trabalho colaborativo entre docentes, organizar formação informal e organizar, monitorizar e avaliar experiências de

inovação pedagógica baseadas em aprendizagens ativas. Devem também adotar medidas de contaminação interna e, pela colaboração entre as coordenações departamentais, promover a contaminação dos outros departamentos. Também o trabalho de supervisão das coordenações e de intervisão entre pares deverá estar focado no desenvolvimento de metodologias ativas de aprendizagem.

2. Estruturar o planeamento dos trabalhos dos conselhos de turma e de docentes tendo como um dos pólos as aprendizagens ativas. Tendo em conta a especificidade dos grupos-turma, tanto no domínio cognitivo como no de atitudes perante a escolaridade, os conselhos de turma e de docentes devem coordenar, monitorizar e avaliar o uso de metodologias ativas de aprendizagem mais adequadas ao grupo-turma com que estão a trabalhar.
3. O PADDE como oportunidade para fomento de aprendizagens ativas. A utilização de dispositivos digitais não significa que, por isso mesmo, se estão a utilizar metodologias de aprendizagem ativas. O PADDE é uma oportunidade para a dinamização de metodologias de aprendizagem ativas. O PE assume os objetivos do PADDE do agrupamento, no âmbito na *Dimensão Tecnológica e Digital 2* e nas *Dimensões Pedagógicas P1 e P2*.
4. Plano de Inovação. A finalidade dos Planos de Inovação não é apenas a inovação curricular consubstanciadas na emergência de áreas curriculares/disciplinas onde se agregam currículos diversos. Três finalidades centrais estão na base dos Planos de Inovação: (1) fomento da inovação pedagógica, incidindo nas metodologias ativas de aprendizagem, no âmbito das novas áreas curriculares/disciplinas; (2) contaminação dos conselhos de turma onde essas áreas curriculares/disciplinas se inseres, assumindo-se essas disciplinas como motor da inovação pedagógica; (3) contaminação dos ciclos de ensino que não estão comprometidos formalmente com o Plano de Inovação, visando-se, também aqui, o fomento da inovação pedagógica com base em aprendizagens ativas.
5. Domínios de articulação curricular. Estas áreas de confluência interdisciplinar e de articulação curricular podem ser uma oportunidade para inovação pedagógica e de fomento de metodologias de aprendizagem ativas, podendo centrar-se na gestão de diversos currículos a partir de competências (PASEO) a desenvolver de modo articulado. Os departamentos curriculares, através dos grupos disciplinares, devem estruturar a sua intervenção no âmbito dos DAC, nomeadamente, das competências que se propõem

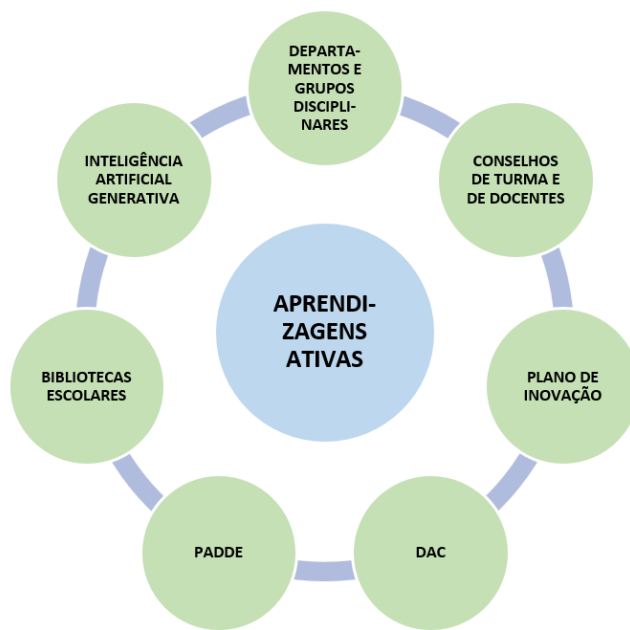
desenvolver de modo interdisciplinar. Os conselhos de turma e de docentes estruturam os DAC nos respetivos grupos-turma.

6. Bibliotecas escolares. As bibliotecas escolares, na continuidade do trabalho desenvolvido desde há muito, devem ser uma estrutura de apoio ao fomento da inovação pedagógica centrada em aprendizagens ativas, através da organização de recursos, da aquisição de bibliografia para formação docentes e organização de iniciativas de enriquecimento dos atores escolares no âmbito das metodologias ativas de aprendizagem.
7. Inteligência Artificial Generativa. A IA, já usada amplamente pelos alunos, contém perigos e oportunidades. Contudo, seria um erro estratégico deixar de fora, por temor aos perigos, este poderoso instrumento de fornecimento e tratamento de informação. Departamentos curriculares e grupos disciplinares devem avaliar os perigos que a IA apresenta e as oportunidades que traz. Ela deverá ser integrada em metodologias ativas de aprendizagem, tendo em atenção que as aprendizagens cognitivas são feitas na mente do aluno e não na resposta que os *chatbots* dão. Os departamentos curriculares, os grupos disciplinares e os conselhos de turma e de docentes devem planear e estruturar, nos respetivos níveis, a utilização da IA conectada com o fomento de aprendizagens ativas.

Este objetivo não pretende fazer uma revolução, mas instaurar um caminho seguro de reforma das práticas escolares com revista a uma nova matriz fundada na autonomia dos alunos e em metodologias ativas de aprendizagem. Dever-se-ão fazer, no âmbito dos departamentos curriculares, pequenas formações - de preferência informais - baseadas em trabalho de pesquisa sobre os métodos ativos de aprendizagem, fazer pequenas experiências bem preparadas e ir incrementando práticas de inovação pedagógica e de gestão curricular.

Avaliação do objetivo

A avaliação deste objetivo será o resultado de dois tipos de avaliação. Por um lado, a avaliação é feita a partir das perceções dos alunos, seja através de questionários ou de entrevistas de grupo, podendo esta avaliação ser complementada por entrevistas de grupo a docentes. Por outro, a avaliação será realizada pelas lideranças intermédias através de análise documental e do trabalho de supervisão. Será feita em conformidade com as metas estabelecidas e que se encontram elencadas, juntamente com os indicadores para as aferir, no apêndice 1 “Metas e avaliação do Projeto Educativo”.



6.3 Objetivo estratégico 2: Reforçar a avaliação para a aprendizagem e melhorar o desempenho nas avaliações externas

O AEGP tem feito, nos últimos anos, um esforço para centrar a avaliação dos alunos numa avaliação para a aprendizagem, reforçando as práticas de avaliação formativa e de *feedback* aos alunos e encarregados de educação. Existem sinais, todavia, de que o processo ainda não completamente adquirido, sendo necessário reforçar essa dimensão da avaliação, tanto ao nível da importância da avaliação formativa, quanto das práticas de *feedback*. Por outro lado, os resultados dos alunos do AEGP nas avaliações externas – Provas de Aferição, Provas Finais do 9º Ano e Exames Nacionais do Ensino Secundário – apresentam, como se pode verificar nos relatórios de Autoavaliação anual, áreas que necessitam de urgente melhoria, devendo o AEGP preocupar-se, de modo decisivo, com essa melhoria, a qual se deve estender mesmo às áreas onde os resultados são claramente positivos.

O PE assume que não existe qualquer incompatibilidade entre o objetivo de melhorar os desempenhos dos alunos do AEGP nas avaliações externas e práticas sistemáticas de uma avaliação dirigida para as aprendizagens, com as suas componentes de avaliação formativa e prática de *feedback*. Pelo contrário, uma prática consistente de avaliação para as aprendizagens é um caminho de preparação dos alunos do AEGP para melhorarem os seus desempenhos em provas de avaliação externas. Saliente-se, por outro lado, que também não é incompatível, como por vezes se pode pensar, a disseminação de metodologias ativas de aprendizagem e a melhoria de desempenho dos alunos em provas de avaliação externa. O objetivo é que metodologias ativas de aprendizagem proporcionem um maior e mais autónomo empenho dos alunos nas aprendizagens e, como consequência desse empenho, os resultados nas avaliações externas possam melhorar de modo decisivo. Para tal, o AEGP deve considerar o seguinte:

1. Os grupos disciplinares devem estruturar estratégias partilhadas de avaliação formativa e práticas de *feedback*. O PE educativo assume que essas práticas já existem. Afirma, contudo, a necessidade de reforçá-las, inclusivamente com práticas de autoavaliação dos alunos e de avaliação entre pares. A essa necessidade corresponde a um mais claro planeamento, monitorização e avaliação das práticas, tendo sempre em consideração as AE e o PASEO ou outros documentos curriculares que possam substituí-los.
2. Os grupos disciplinares devem desenhar estratégias de melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações externas. Essas estratégias não devem ser entendidas como uma mera

preparação para exame, mas como um trabalho que é desencadeado no início do ciclo onde ocorrem as avaliações externas. Essas estratégias devem passar por um trabalho, sistematicamente organizado em grupo disciplinar, de análise da intencionalidade que preside às diferentes provas e como essa intencionalidade se traduz na construção das provas e dos itens de avaliação que as constituem. É de considerar a participação dos alunos no planeamento das atividades para melhoria das avaliações externas. Para essas estratégias, os grupos disciplinares deverão dar uma atenção especial aos relatórios produzidos pelo Instituto de Avaliação (IAVE), assim como as AE e o PASEO ou outros documentos curriculares que possam substituí-los.

Avaliação do objetivo

A avaliação deste objetivo será o resultado de dois tipos de avaliação. Por um lado, resultará dos processos de regulação e de regulação entre pares no interior dos departamentos curriculares. Por outro lado, alunos e encarregados de educação deverão participar no processo de avaliação destes objetivo. A avaliação será feita em conformidade com as metas estabelecidas e que se encontram elencadas, juntamente com os indicadores para as aferir, no apêndice 1 “Metas e avaliação do Projeto Educativo”.



6.3 Objetivo estratégico 3: Reforçar a articulação e o enriquecimento curricular

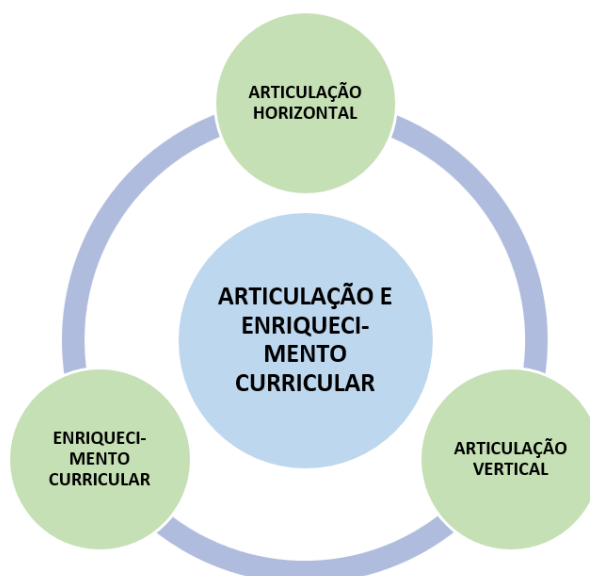
O ARGP deu passos no reforço da articulação horizontal do currículo, como se pode verificar em documentos como os Planos de Turma e o Planeamento Interdisciplinar, onde existe uma intencionalidade explícita de articulação horizontal do currículo. Por outro lado, na articulação vertical do currículo, representado por efetiva estruturação entre ciclos há ainda um caminho significativo a percorrer, embora a parceria interna entre os DAC e CD tenha dado um contributo para essa articulação entre diferentes níveis de ensino. Por outro lado, o enriquecimento curricular, como forma de mitigar diferenças existentes entre alunos ao nível do capital cultural, simbólico e desportivo, tem merecido uma ampla atenção do AEGP. O presente PE pretende dar continuidade ao que se tem feito, dando mais consistência e corrigir debilidades. Para tal, deve-se considerar o seguinte:

1. Articulação horizontal do currículo. Esta articulação a realizar ao nível da turma, mas também ao nível dos departamentos e grupos disciplinares entre professores que lecionam os mesmo níveis, deve orientar-se pelos dois objetivos expressos anteriormente: incremento no trabalho de sala de aula de metodologias ativas de aprendizagem, da avaliação formativa com prática sistemática de *feedback* e melhoria do desempenho dos alunos na avaliação externa, tendo sempre em atenção os documentos de orientação curricular, nomeadamente as AE e o PASEO, outros que venham a ser determinados pela tutela. Também os DAC são oportunidades de aprofundamento da articulação horizontal do currículo.
2. Articulação vertical do currículo. O AEGP necessita aprofundar, para além daquilo que se passa nos departamentos curriculares e grupos disciplinares, mas também das experiências dos DAC, a articulação vertical do currículo, estabelecendo ligações de continuidades, entre áreas disciplinares afins, entre a Educação Pré Escolar, os três ciclos do Ensino Básico e as duas valências existentes no AEGP, do Ensino Secundário, a Profissional e Científica-Humanística. Esta articulação deve considerar as transições de ciclo e o modo como os currículos, através das AE e PASEO, ou outros documentos que emanem da tutela, se podem articular. Deve ainda servir para articular metodologias ativas de aprendizagem e modalidades de avaliação, para que os alunos possam sentir continuidades ao transitarem de ciclo e de estabelecimentos de ensino. Os DAC podem ser uma oportunidade para articulação vertical do currículo. Por exemplo, criando projetos comuns entre turmas de diferentes ciclos e estabelecimentos.

3. Enriquecimento curricular. Por enriquecimento curricular designa-se o conjunto de atividades informais e formais (dependentes de Clubes, Programas, Projetos, Planos, etc.) que visam complementar o currículo formal, enriquecendo a experiência dos alunos nas áreas da cultura, da ciência, do desporto, da saúde e da cidadania, como modo de colmatar deficiências de raiz ao nível do capital simbólico, cultural e desportivo dos alunos. O AEGP assume as seguintes áreas como estruturais para o enriquecimento curricular, devendo as atividades inscrever-se nessas áreas:
- Cultura e Artes
 - Ciências e Tecnologias
 - Saúde e Desporto
 - Cidadania e Solidariedade

Avaliação do objetivo

A avaliação deste objetivo será o resultado da avaliação de cada um dos seus 3 pontos. Será feita em conformidade com as metas estabelecidas e que se encontram elencadas, juntamente com os indicadores para as aferir, no apêndice 1 “Metas e avaliação do Projeto Educativo”.



6.4 Objetivo estratégico 4: Melhorar os resultados escolares

Os resultados escolares são um critério fundamental para aferir o trabalho do AEGP e avaliar a estratégia desenhada no presente PE. Existem diversas fontes de resultados escolares e todas elas devem contribuir para a avaliação do desempenho do AEGP. Serão tidos em conta os seguintes resultados:

1. Percursos diretos de sucesso (PDS). Os PDS informam qual a taxa de alunos no Agrupamento conclui cada ciclo de escolaridade dentro do prazo previsto. É também um indicador indirecto das taxas de retenção e abandono.
2. Avaliação interna. Esta será considerada a partir da taxa de sucesso por ano de escolaridade e, no ensino secundário, tanto profissional como científico-humanístico, também a taxa por curso. Será, ainda, tida em consideração a taxa de sucesso de qualidade por ano de escolaridade e, no ensino secundário, tanto profissional como científico-humanístico, também por curso. Por outro lado, o mesmo processo será realizado por disciplina/ano de escolaridade. Este é também um indicador indirecto das taxas de retenção e abandono.
3. Provas de Aferição. Serão considerados os seguintes dados por disciplina/ano de escolaridade aferidos: a) Percentagem de alunos com *Consegue*, *Consegue, mas, Revela dificuldades* e *Não consegue*; b) Percentagem por domínios cognitivos: *Conhecer/Reproduzir*; *Aplicar/Interpretar*; *Raciocinar/Criar*; c) Comparação do desempenho dos alunos do AEGP, ao nível dos domínios cognitivos, com o desempenho dos alunos a nível nacional e da NUTSIII.
4. Provas Finais do 9.º Ano. Serão considerados os seguintes dados por disciplina: a) Taxa de sucesso; b) Taxa de sucesso de qualidade; c) Comparação com a média nacional; d) Comparação com a classificação interna.
5. Exames Nacionais do Ensino Secundário. Serão considerados os seguintes dados por disciplina: a) Taxa de sucesso; b) Taxa de sucesso de qualidade; c) Comparação com a média nacional; d) Comparação com a classificação interna.
6. Comparação dos resultados segundo os fatores de desigualdade nos resultados escolares. Uma análise dos resultados escolares efetuada pela Equipa de Autoavaliação tornou

manifesta a existência de três fatores correlacionados com a desigualdade na aquisição do currículo e, desse modo, na qualidade do sucesso escolar. Esses fatores são o género, a diferença social e a diferença de habilitação parental, o fator com maior peso. Serão considerados os seguintes dados, na avaliação interna, nas Provas Finais do 9.º Ano e nos Exames Nacionais do Ensino Secundário: a) diferença de médias entre alunos e alunas; b) diferença de médias obtidas entre alunos com ASE e alunos sem ASE; c) diferenças entre as médias dos alunos conforme a habilitação parental, fundamentalmente, das mães.

Avaliação do objetivo

A avaliação deste objetivo será feita por análise de resultados, comprando as expectativas enunciadas nas metas deste projeto educativo indicadas no apêndice 1 “Metas e avaliação do Projeto Educativo”, e os resultados efetivamente alcançados.



6.5 Objetivo estratégico 5: Intensificar os processos de inclusão e equidade

O AEGP tem há muito uma cultura de base de natureza inclusiva. Ela expressa-se nas atitudes quotidianas dos profissionais, tanto docentes como não docentes, e também nas dos alunos, geralmente acolhedoras dos colegas que chegam de novo ou apresentam sinais de diferença. Esta cultura deve ser entendida como o horizonte de práticas mais estruturadas de inclusão, muitas delas em curso. O presente PE vinca que a prática de inclusão é uma tarefa diária e que a cultura inclusiva existente deve ser aprofundada. Contudo, propõe dar especial atenção a dois eixos. O *eixo do acolhimento* e o *eixo da equidade no acesso dos alunos ao currículo*.

6.5.1 Eixo do acolhimento.

Nem sempre a cultura inclusiva existente é suficiente para uma plena integração de alunos provenientes de outras instituições de ensino, mesmo nacionais. É necessário, por vezes, adotar medidas de integração. A política de acolhimento do AEGP passará pelas seguintes fases:

1. Sinalização. Os alunos nestas condições serão sinalizados pelos educadores / professores titulares de turma e diretores de turma com indicação aos conselhos de turma. A sinalização deve constar do Plano de Trabalho da turma.
2. Avaliação da integração. Educadores / professores titulares de turma, diretores de turma e professores titulares de disciplina devem fazer uma avaliação informal contínua da integração dos alunos nestas condições.
3. Adoção de medidas de integração. Caso se notem dificuldades de integração, deverão ser adotadas medidas para integrar esses alunos. Estas medidas poderão implicar, dependendo do juízo de educadores / professores titulares de turma e diretores de turma, o recurso às estruturas de apoio como o Serviço de Psicologia e Orientação, a EMAEI, os professores de educação especial e os encarregados de educação. Caso exista necessidade de tomar medidas de integração, estas devem ser registadas no Plano de Trabalho de Turma.
4. Monitorização. Educadores / professores titulares de turma, diretores de turma e professores titulares de disciplina deverão fazer uma monitorização informal contínua do processo de integração dos alunos que necessitam de medidas específicas de integração. Essa monitorização serve para reajustar, caso necessário, as medidas tomadas.

5. Avaliação. Estas medidas devem ser avaliadas nas reuniões dos conselhos de docentes e de turma, quanto à sua eficácia integradora. A avaliação passará também pela comparação dos resultados desses alunos com os do grupo-turma a que pertence.

Nota: este processo aplicar-se-á também a qualquer aluno proveniente do próprio AEGP e em que seja verificada difícil adaptação ao seu grupo-turma.

Avaliação do objetivo

A avaliação do *eixo de acolhimento* será efetuada por análise documental, pelas lideranças intermédias e pelos resultados escolares dos alunos que necessitem de medidas de integração. Também se poderá recorrer a entrevistas de grupo aos alunos nas circunstâncias referidas neste eixo da política de inclusão. A avaliação terá em conta as metas estabelecidas e que se encontram elencadas, juntamente com os indicadores para as aferir, no apêndice 1 “Metas e avaliação do Projeto Educativo”.



6.5.2 Eixo da equidade no acesso ao currículo

O relatório *Análise dos Fatores de Desigualdade de Aproveitamento dos Alunos do AEGP (2021/22)*, elaborado pela EAA, tornou patente que a proveniência dos alunos de meios sociais menos favorecidos e/ou com baixa escolaridade parental, assim como a diferença de género, com os rapazes a terem piores desempenhos do que as raparigas, são fatores que geram forte desigualdade de aproveitamento, mesmo quando não existem retenções. Esta desigualdade pode estar oculta pelas taxas de sucesso. Contudo, a qualidade de sucesso destes alunos é inferior, por vezes, muito inferior à dos outros, e, na prática, representa uma ausência de equidade no acesso ao currículo, que contraria a cultura inclusiva existente no AEGP.

O objetivo da equidade do acesso ao currículo, centrado do desempenho escolar, não visa apenas combater o insucesso escolar, mas pretende que a situação social de origem, a habilitação parental e o género a que se pertence não sejam determinismos geradores de desigualdade de resultados escolares e, por isso, de desigualdade de oportunidades. Este é um desafio complexo e muito exigente, para o qual o AEGP tem de descobrir caminhos. A diminuição desta diferença de resultados deve ser uma preocupação de todo o AEGP. Ela deve refletir-se na atividade dos departamentos curriculares, dos conselhos de turma e de docentes, assim como das estruturas de acompanhamento e monitorização da aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão dos alunos, como a EMAEI.

Os departamento curriculares devem ter estratégias, próprias e/ou em colaboração com outros departamentos curriculares, para a gestão do currículo e a preparação do trabalho em sala de aula que tenha em consideração ações para a melhoria dos resultados das crianças e alunos em grupos de risco, como os oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos, os com pais com baixa escolaridade e os alunos de sexo masculino. Estas estratégias não têm por fim apenas evitar o insucesso escolar, mas promover um acesso equitativo ao currículo e, concomitantemente, um sucesso de qualidade para todos os alunos. O planeamento do trabalho dos grupo-turmas, a começar no Pré Escolar, deve ter também em consideração os mesmo fatores, seguindo as seguintes fases.

1. Sinalização. Os alunos nestas condições serão sinalizados pelos educadores / professores titulares de turma e diretores de turma com indicação aos conselhos de turma. A sinalização deve constar do Plano de Trabalho da turma.

2. Avaliação do desempenho. Educadores / professores titulares de turma, diretores de turma e professores titulares de disciplina devem fazer uma avaliação informal contínua do desempenho dos alunos nestas condições, comparando-a com a do grupo-turma.
3. Adoção de medidas de apoio. Caso se notem diferenças de desempenho, deverão ser adotadas medidas para auxiliar esses alunos a melhorarem o seu desempenho. Estas medidas poderão implicar, dependendo do juízo de educadores/professores titulares de turma, diretores de turma e professores titulares de disciplina, o recurso às estruturas de apoio como o Serviço de Psicologia e Orientação SPO), a *Equipa Multidisciplinar de Apoio a Educação Inclusiva* (EMAEI), os professores de educação especial e os encarregados de educação. Estes casos poderão ser propícios ao desenvolvimento de práticas de inovação pedagógica. Caso exista necessidade de tomar medidas de apoio, estas devem ser registadas no Plano de Trabalho de Turma.
4. Monitorização. Educadores / professores titulares de turma, diretores de turma e professores titulares de disciplina deverão fazer, com auxílio da avaliação formativa, uma monitorização informal contínua do progresso do desempenho dos alunos nestas condições. Essa monitorização serve para reajustar, caso necessário, as medidas tomadas.
5. Avaliação. Estas medidas devem ser avaliadas nas reuniões dos conselhos de docentes e de turma, quanto à sua eficácia no fomento da equidade no acesso ao currículo. A avaliação passará também pela comparação dos resultados desses alunos com os dos alunos que não apresentam esses fatores correlacionados com um desempenho escolar menos conseguido.

Avaliação do objetivo

A avaliação do *eixo da equidade no acesso ao currículo* será feita, quanto aos resultados, pela comparação das classificações obtidas pelos alunos cujo caso se insere num, ou mais, dos fatores de desigualdade de desempenho e as obtidas pelos outros alunos. Quanto aos processos utilizados para combater a desigualdade de desempenho escolar será feito, pelas lideranças intermédias, a partir de análise documental. Eventualmente, poderá recorrer-se a entrevistas de grupo a atores escolares comprometidos com o processo. A avaliação terá em conta as metas estabelecidas e que se encontram elencadas, juntamente com os indicadores para as aferir, no apêndice 1 “Metas e avaliação do Projeto Educativo”.



6.6 Objetivo estratégico 6: Reforçar, na cultura escolar, o papel da regulação das lideranças intermédias

O relatório da IGEC, no domínio das áreas de melhoria, sublinha o seguinte: *Incremento de dinâmicas proativas ao nível de algumas lideranças intermédias, de forma a potenciar a generalização dos processos de mudança em curso, centrados na qualidade do ensino e da aprendizagem.* O presente objetivo visa dar corpo à recomendação da IGEC e reforçar, na cultura do AEGP, o papel das lideranças intermédias.

Por vezes, o papel destas lideranças não é plenamente compreendido. Os líderes são vistos como alguém que gere a estrutura funcional e burocrática que coordena, como mediadores entre a direção e o corpo docente e, de algum modo, como representantes dos docentes dessas estruturas no âmbito do Conselho Pedagógico. Contudo, o papel dirigente das lideranças intermédias é mais amplo. Têm uma função de regulação fundamental que se traduz na *orientação*, de acordo com as políticas públicas de educação e os objetivos do PE do AEGP, no *fomento da regulação entre pares*, na *supervisão* e na *avaliação* do desempenho da estrutura que coordenam. Por isso, são os primeiros responsáveis pela aplicação, nas estruturas sob sua coordenação, das orientações emanadas dos órgãos dirigentes do AEGP, dos quais fazem parte na dimensão pedagógica.

O desempenho de regulação das lideranças intermédias, tendo em consideração o estipulado pela lei e pelo regulamento interno do AEGP, terá em consideração os seguintes pontos:

1. Orientação da estrutura que coordena. As lideranças intermédias serão responsáveis por dinamizar, nas estruturas que coordenam, as orientações provenientes da tutela educativa, da direção do AEGP, do conselho pedagógico e dos documentos orientadores do AEGP, nomeadamente o PE, o PI, a Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola, Plano Estratégico do Agrupamento para a Inclusão, Plano de Desenvolvimento Europeu e o PADDE.
2. Regulação entre pares. As lideranças intermédias têm um papel central no fomento de processo de regulação entre pares. Seja, no planeamento, na gestão e desenvolvimento curricular, seja nos processo de avaliação e classificação dos alunos, seja na dinamização das práticas de ensino ativas, seja na reflexão sobre os resultados escolares, nos diversos patamares elencados por este PE, seja nas práticas de inovação pedagógica e curricular, as diversas coordenações, com o apoio das sub-coordenações, devem fomentar as práticas de regulação entre pares e processo de intervenção.

3. Supervisão. As lideranças intermédias devem supervisionar todas as atividades da estrutura que coordenam, assegurando-se que as orientações da tutela e os objetivos deste PE sejam concretizados. Neste papel de supervisão cabe não apenas a supervisão de processos como das práticas, onde se inclui a supervisão de aulas, de práticas de avaliação e de inovação curricular e pedagógica.
4. Formação profissional. As lideranças intermédias, conjuntamente com os elementos das estruturas que coordenam, devem estruturar planos de formação exequíveis que visem responder às necessidades detectadas, de acordo com os objetivos do PE e as orientações da tutela do sistema educativo. Estes planos de formação deverão ser coordenados, a nível superior, pelo conselho pedagógico e negociados com o Centro de Formação A 23.
5. Avaliação de desempenho da estrutura coordenada. As lideranças intermédias têm um papel fundamental na avaliação do desempenho da estrutura que coordenam. Mais do que uma autoavaliação, pretende-se que os relatórios de coordenação expressem a avaliação da ação da própria estrutura tendo em conta os objetivos do presente PE. Essa avaliação deve partir de um Plano de Trabalho prévio, onde cada estrutura adequa o Projeto Educativo à sua realidade, definindo o que pretende alcançar. Esta avaliação deverá estar coordenada com o processo de autoavaliação geral do AEGP.

Avaliação do objetivo

A avaliação deste objetivo será efetuada no relatório de autoavaliação das diversas coordenações. Esse relatório deverá partir dos objetivos inscritos no Plano de Trabalho de cada estrutura e avaliar o seu grau de consecução, tendo em consideração as metas a que a estrutura se propôs alcançar em cada ano letivo. Será feito por análise documental, análise de resultados escolares e auscultação dos profissionais das respectivas estruturas. A avaliação terá em conta as metas estabelecidas e que se encontram elencadas, juntamente com os indicadores para as aferir, no apêndice 1 “Metas e avaliação do Projeto Educativo”.



6.7 Objetivo estratégico 7: Incrementar e aumentar a consistência das parcerias do AEGP

O AEGP não é uma ilha isolada e longínqua do continente. Pelo contrário, é uma instituição inserida na comunidade a que pertence e faz parte de uma extensa rede de instituições que visam servir os cidadãos. Muitas destas instituições têm sido parceiras do AEGP e têm contribuído para que este atinja os objetivos a que se propõe. Nos relatórios de autoavaliação do AEGP tem sido detetada uma contaminação da ideia de parcerias externas na própria vida interna do AEGP, com a emergência de parcerias internas, nomeadamente, ao nível dos DAC e da Estratégia de Educação para a Cidadania. Pretende-se, no âmbito deste PE, incrementar o estabelecimento de parcerias e aumentar a sua consistência.

Estas parcerias, externas e internas, têm, por um lado, uma função pedagógica e visam melhorar o desempenho dos alunos e o seu acesso ao currículo. Podem funcionar no âmbito dos estágios no ensino profissional, no enriquecimento curricular para fomento da aquisição de um capital cultural, simbólico, desportivo e cívico necessário a um pleno sucesso escolar e a uma adequada formação cívica, na articulação vertical do currículo, na formação profissional, na inovação pedagógica e na formação científica. Por outro lado, o estabelecimento de parcerias pode ser um elemento central para melhorar a organização, trocando experiências organizacionais e aprendendo com instituições públicas e privadas. A política de parcerias do AEGP centra-se nos seguintes pontos:

1. Parceria com o Conservatório de Música do Choral Phydellius (CMCP). A parceria entre o AEGP e o CMCP não é apenas um mero acordo que visa a existência do ensino articulado da Música e do Canto. Do ponto de vista do AEGP, essa parceria é um elemento central da sua própria identidade. Ela tem dado um contributo importante para o enriquecimento curricular dos alunos do AEGP e para a cultura estética e o suprimento do défice cultural e simbólico de muitos alunos. Essa parceria deve continuar a desenvolver-se neste sentido, procurando os dois parceiros um ajustamento eficaz entre as atividades escolares de ambas as instituições. Devem-se instituir, entre o AEGP e o CMCP, mecanismos formais de regulação das atividades escolares das turmas do ensino articulado, para a compatibilizar o processo de ensino em ambas as instituições, valorizando a especificidade e as exigências do ensino da Música e do Canto no currículo dos alunos dessas turmas. O presente PE visa ainda aumentar a cooperação entre as duas instituições de modo a encontrar estratégias de captação de alunos

predispostos para a educação musical e ações, no âmbito da música e do canto, que contribuam para a educação estética dos alunos do AEGP.

2. Parcerias com instituições do ensino superior. O AEGP mantém algumas parcerias com instituições de ensino superior. Com o Instituto Politécnico de Tomar, no âmbito do Curso Profissional de Técnico de Mecatrónica, para reforço do desenvolvimento curricular e profissional, sendo uma das estratégias para garantir a qualidade do ensino profissional, de acordo com o EQAVET. Ainda no ensino profissional, o AEGP desenvolve uma parceria com os Institutos Politécnicos de Tomar, Santarém e Leiria, no âmbito do Centro Tecnológico Especializado de Informática, também uma estratégia para garantir a qualidade do ensino profissional, de acordo com o EQAVET. O AEGP mantém, ainda, parceria com o Instituto Politécnico de Santarém no âmbito do *Selo de Garantia da Escola Segura*.

O AEGP deve consolidar estas parcerias com o ensino superior e deve alargá-las nos domínios do ensino profissional, das formações científica e pedagógica. Deve fazer parte das políticas dos departamentos curriculares e da coordenação do ensino profissional a busca e estabelecimento de parcerias que permitam melhorar o serviço educativo prestado pelo AEGP.

3. Parcerias com empresas. O AEGP tem um conjunto muito diversificado de parcerias com empresas da região e também, no âmbito do Projeto Erasmus +, com empresas estrangeiras. Essas parcerias estão ligadas, essencialmente, ao ensino profissional e funcionam com vista aos estágios profissionais, à consolidação da qualidade do ensino profissional de acordo com o EQAVET, ao acompanhamento de Provas de Aptidão Profissional e à realização de aulas em contexto profissional. Esta orientação deve ser seguida e aprofundada, não apenas com o objetivo de incrementar a qualidade do ensino profissional, mas também na aproximação entre o mundo empresarial e o ensino não profissional, tanto básico como secundário, com vista à exploração de possibilidades de desenvolvimento curricular com auxílio de parceiros empresariais. Também a melhoria organizacional deverá explorar a possibilidade de formação junto de empresas reconhecidas pela qualidade da sua organização.
4. Parcerias com associações culturais, sociais e desportivas. O AEGP não tem, presentemente, parcerias estabelecidas com este tipo de associações. Contudo, a necessidade de incrementar o capital cultural e simbólico dos alunos, a sua participação cívica na comunidade, a sua saúde

e bem-estar físico deverá o Agrupamento a estudar a possibilidade de estabelecer parcerias com associações disponíveis para o fazer, para dinamizar o enriquecimento curricular e a participação cívica dos seus alunos na comunidade.

5. Programas, Projetos e Redes. O AEGP participa num amplo conjunto de redes, programas e projetos nacionais e internacionais: a *Rede de Escolas Associadas - Unesco*, o *Eco-Escolas*, o *Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (PES)* (onde se inclui o *Selo Escola Saudável*), o *Desporto Escolar*, a *Comunidade Ubuntu Portugal*, o *Plano Nacional de Leitura*, o *Projeto EDA 50 - Escolas à Descoberta de Abril*, o *eSafety Label (Selo de Segurança Digital)*, *Rede de Clubes de Ciência Viva - Labmaker*, o *Plano Nacional das Artes* e o *Plano Nacional de Cinema*. O objetivo do AEGP, no âmbito deste Projeto Educativo, é manter a participação em todos estes programas, projetos e redes, enquadrar as suas ações no PASEO e aderir a outras iniciativas que se revelem importantes para os alunos do Agrupamento.

6. Cooperação com o Município. A relação do AEGP com o Município de Torres Novas tem uma dimensão institucional no âmbito da política municipal de educação e das atribuições conferidas por lei aos municípios. O AEGP tem participado, nessa relação, de forma ativa, empenhada e construtiva, buscando soluções não apenas para o próprio AEGP, mas também para o conjunto da educação concelhia. Este PE reafirma essa orientação de cooperação. Por outro lado, o AEGP mantém o empenho na participação nas iniciativas municipais que visam o enriquecimento curricular, tais como o *Projeto MyPolis*, o *Projeto Música no Pré Escolar* e o *Projeto Ciências Sobre Rodas*. Também reafirma o empenho participativo nas iniciativas da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes e do Museu Carlos Reis, às quais reconhece um autêntico potencial de enriquecimento curricular. Assim, destacam-se três objetivos na cooperação com o Município: 1. Cooperação construtiva e empenhada na busca de soluções para os problemas educativos concelhios; 2. Participação nos projetos municipais de natureza educativa; 3. Participação nas iniciativas educativas de estruturas municipais como a Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes e do Museu Carlos Reis.

7. Parcerias com pais e encarregados de educação. Pais e encarregados de educação são atores educativos e como tal devem ter um papel significativo na vida do AEGP. Têm existido práticas de parcerias entre escolas do AEGP e os encarregados de educação, nomeadamente, as associações de pais e encarregados de educação. Contudo, é necessário solidificar, incrementar e diversificar essas parcerias. Sendo assim, definem-se os seguintes objetivos no

âmbito de parcerias formais e informais com pais e encarregados de educação: 1. estruturar parcerias com as associações de pais e encarregados de educação com a finalidade de uma contínua melhoria das condições e das iniciativas dos respectivos estabelecimentos de ensino; 2. estruturar a participação efetiva dos pais e encarregados de educação na EMAEI; 3. ampliar a participação, formal e informal, dos pais nos processos de autoavaliação do AEGP; 4. estruturar a participação dos pais e encarregados de educação na solução de problemas de natureza pedagógica e/ou educativa.

8. Parcerias internas. Ao longo dos últimos anos têm surgido, no AEGP, um conjunto de atividades que resultam de parcerias internas, das quais se destaca a parceria entre os DAC e a Cidadania e Desenvolvimento ou a que está na base do projeto *Aprender a Andar (melhor) de Bicicleta*. Também a iniciativa de mentorias, como modalidade de auxílio aos alunos, promovida pela Associação de Estudantes é um exemplo de parceria interna. Estas parcerias internas são uma modalidade de trabalho colaborativo transversal e podem ser consideradas formas de inovação organizacional. Elas podem ter eficácia na supressão do défice cultural, simbólico e desportivo de muitos alunos, assim como na gestão vertical do currículo. O AEGP, no âmbito do conselho pedagógico e dos departamentos curriculares, deve incrementar a promoção de parcerias internas.

Avaliação do objetivo

A avaliação deste objetivo será efetuada por análise documental e auscultação de atores escolares e parceiros. Estará centrada em dois eixos: o do incremento das práticas de parcerias e o da consolidação dessas parcerias. A avaliação terá em conta as metas estabelecidas e que se encontram elencadas, juntamente com os indicadores para as aferir, no apêndice 1 “Metas e avaliação do Projeto Educativo”.



6.8 Objetivo estratégico 8: Transformar e integrar o processo de autoavaliação do AEGP

Existem diversos processos de autoavaliação no AEGP. Uns da responsabilidade da EAA, outros da responsabilidade de diversas estruturas. O relatório anual de autoavaliação tem feito a integração dessas diferentes avaliações. Contudo, o atual nível de integração resulta de uma justaposição de informações provenientes de diversas estruturas do AEGP e não de uma sistematização orgânica de todos os processos de autoavaliação que decorrem na instituição. Por outro lado, as metas e indicadores usados são, muitas vezes, difusos, com pouca capacidade para gerar indicações precisas às diversas estruturas e atores educativos e fomentar uma cultura de autoavaliação.

Para realizar o presente objetivo, a autoavaliação do AEGP deverá orientar-se pelos seguintes conceitos:

1. Fundamento. O fundamento e ponto de partida de todos os processos de autoavaliação é o PE.
2. Rigor e precisão. A autoavaliação deverá dar informação precisa - seja de carácter quantitativo, seja de carácter qualitativo - sobre a consecução dos objetivos do PE.
3. Organicidade. A organização da autoavaliação das diversas estruturas e da autoavaliação global do AEGP deverá formar um organismo único. Os relatórios anuais de autoavaliação das coordenações das estruturas intermédias deverão estar concatenados com o relatório anual de autoavaliação do AEGP.
4. Impacto. Para que a autoavaliação tenha impacto, os Planos de Trabalho das diversas estruturas, no início de cada ano letivo, deverão ter em consideração os resultados do relatório de autoavaliação dessa estrutura e, se possível, do relatório anual de autoavaliação do AEGP. Todas as estruturas do AEGP deverão aferir o impacto das suas decisões e ações.
5. Abertura. Para além destas práticas de autoavaliação, a EAA e o AEGP deverão estar abertos a outros processos de autoavaliação não previstos, de acordo com as necessidades sentidas pela direção e pelo conselho pedagógico.

Avaliação do objetivo

A autoavaliação do objetivo será feita por análise documental, de acordo com metas e indicadores previamente estabelecidos. A avaliação terá em conta as metas estabelecidas e que se encontram

elencadas, juntamente com os indicadores para as aferir, no apêndice 1 “Metas e avaliação do Projeto Educativo”.

